

PLANEJAMENTO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: UM ESTUDO SOBRE AMERICANA, COSMÓPOLIS, NOVA ODESSA E SUMARÉ



Débora Raquel Tescarolo Damacena da Silva (Bolsista PIBIC/CNPq) debora.silva@ige.unicamp.br e Prof^ª. Dr^ª. Claudete de Castro Silva Vitte (Orientadora - DGEO) clavitte@ige.unicamp.br



UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
IG – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Agência: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Palavras Chave: RMC - Estatuto da Cidade - Planejamento urbano.

INTRODUÇÃO: No presente estudo, foram abordados quatro municípios de diferentes portes demográfico e econômico da RMC (Americana, Cosmópolis, Nova Odessa e Sumaré - Mapal.1) com o objetivo principal de investigar como estes municípios vêm incorporando em seus planos urbanos e nas suas gestões os principais instrumentos do Estatuto da Cidade, tais como o plano diretor, macrozoneamento e zoneamento de uso do solo, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo e regularização fundiária, e como cada município vem considerando a questão da participação popular, em uma tentativa de avaliar os fundamentos teóricos que orientam a elaboração e a implementação destes instrumentos, questionando o ambiente institucional do planejamento, qual tipo de planejamento e gestão considerada, quais os principais atores envolvidos no processo e quais os principais conflitos, alianças e interesses manifestados na elaboração e implementação desses instrumentos, permitindo uma certa reflexão sobre o Estado e a administração pública.

METODOLOGIA: Para o desenvolvimento da presente pesquisa primeiramente foi realizado um levantamento da bibliografia sobre a temática do planejamento urbano, desde as reformas urbanas, até a mais nova ferramenta, o Estatuto da Cidade. Após, foi realizada uma caracterização da RMC, bem como uma caracterização dos municípios em questão. Juntamente com esta caracterização foi realizado o levantamento dos planos diretores, leis de macrozoneamento, das leis de zoneamento, legislação sobre IPTU progressivo e legislação sobre regularização fundiária dos quatro municípios em estudo para análise de como estes municípios incorporaram em seus planos urbanos e nas suas gestões as principais ferramentas do Estatuto da Cidade. Finalizando foram enviados questionários às Prefeituras de cada município com o objetivo de complementar as informações encontradas no Plano Diretor

RESULTADOS: Com a análise dos Planos Diretores dos quatro municípios em questão foi possível observar que todos eles seguem os princípios gerais e os principais instrumentos (zoneamento, macrozoneamento, IPTU progressivo) apresentados no Estatuto da Cidade. Foi possível também observar que a participação da sociedade civil é garantida, ou em partes garantida, nos debates e nas audiências públicas, promovidos pelas Prefeituras.

Contudo, vale ressaltar que durante o desenvolvimento da pesquisa houve dificuldades de acesso às informações e baixa disponibilidade e retorno dos gestores públicos. DeMário (2007) salienta sobre a dificuldade de acesso às informações por parte da população, e, acrescentamos, por parte dos pesquisadores, questionando como um Plano Diretor pode se apresentar como participativo se a população não tem acesso às informações.

Foi também detectada durante o desenvolvimento da pesquisa a falta de capacitação técnica e de entendimento dos instrumentos do EC por parte dos servidores públicos, pois em duas das Prefeituras houve a necessidade da contratação de uma assessoria para explicação e aplicação dos instrumentos do EC, assessoria essa que muitas vezes não está sintonizada com os problemas e necessidades reais dos municípios e seguem “cartilhas” de elaboração para os Planos Diretores.

Outro problema verificado é que a RMC apresenta muitas de suas cidades conurbadas e seria necessário pensar as Regiões Metropolitanas, como a de Campinas, em um Plano Diretor Metropolitano, pois no caso da RMC há pelo menos três grandes problemas de caráter metropolitano: a administração dos recursos hídricos; os serviços de transportes e a política habitacional.

Por fim, vale ressaltar que apesar dos avanços, permanecem problemas de fundo como a desigualdade social, a segregação sócio-espacial e a marcante presença de agentes imobiliários condicionando o presente e o futuro desses municípios.

Certamente, ainda é cedo para se verificar se realmente os instrumentos do EC estão sendo eficazes, pois muitos deles necessitam de mais tempo para serem realmente aplicados, contudo, os esforços para se vencer os problemas urbanos ainda se apresentam insuficientes, pois ainda é possível verificar a especulação imobiliária, os vazios urbanos e as favelas nos municípios onde os instrumentos sugeridos pelo EC para o combate a estes males foram aplicados.



CONCLUSÃO: O EC representa um grande avanço nas políticas públicas para o planejamento e gestão das cidades e os Planos Diretores são um importante instrumento, assim como o macrozoneamento, o zoneamento, o IPTU progressivo e a regularização fundiária. Contudo, é preciso verificar a real acessibilidade da população a esta lei, e se ela realmente está sendo cumprida. Muitas vezes a população até participou das discussões para elaboração dos Planos Diretores de suas respectivas cidades, mas não tem acesso à versão final do plano e de como estão sendo e se estão mesmo sendo aplicadas as disposições ali estabelecidas. Segundo Cymbalista “o discurso da reforma urbana não parece ter logrado assenhorar-se do território dos municípios” (2007:29).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CYMBALISTA, Renato. Instrumentos de planejamento e gestão da política urbana: um bom momento para uma avaliação. IN: BUENO, L.M. De M. & CYMBALISTA, R. (Orgs.). Planos Diretores Municipais – novos conceitos de planejamento territorial. São Paulo: Annablume, 2007. 292p.
- DEMARIO, C.G.; RIBEIRO, C.C.R.R.; EMILIANO, E. de. O. A implementação do Estatuto da Cidade na Região Metropolitana de Campinas. IN: BUENO, L.M. De M. & CYMBALISTA, R. (Orgs.). Planos Diretores Municipais – novos conceitos de planejamento territorial. São Paulo: Annablume, 2007. 292p.